

Dois anos de qualidade na educação

Que a escola pública do Distrito Federal ocupa hoje lugar de destaque no cenário nacional, não há como negar. Basta conferir os dados comparativos disponíveis no Ministério da Educação. Ou perguntar à população das cidades da Capital, que nas ruas, e por meio das pesquisas de opinião, tem aprovado nossa política de Educação.

Mas como vem sendo reestruturado o ensino oficial do DF nos últimos dois anos? Encontramos, ao assumir o governo, um quadro nada otimista. Alguns números confirmam isso.

Mais de 12 mil crianças matriculadas no turno da fome em janeiro de 1995. Um terço das escolas em estado físico lastimável. Professores sem acesso a cursos de aperfeiçoamento. Achatamento salarial. Dívidas trabalhistas totalizando cerca de R\$ 60 milhões. Isso tudo agravado pela completa falta de estímulo e desencanto da categoria.

Em dois anos, o novo governo con-

seguiu reverter essa situação. Uma das primeiras medidas de impacto foi a reabertura da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação (EAPE), que em 1997 pretende repetir seu

desempenho do ano passado, quando ofereceu importantes programas de reciclagem profissional.

Já o ano letivo de 1997 vai começar com o turno da fome definitivamente eliminado. Para tanto, estão sendo construídas 60 salas de aulas nas cidades onde o problema resistia às ações governamentais. Em relação ao estado físico da rede pública de ensino,

informamos que só em 1995 o atual governo investiu R\$ 23 milhões em reformas, pequeno e grande porte abrangendo 0% da rede.

Além disso, construiu 217 novas salas e iniciou a construção de outras cinquenta. Em 96, levantamos, reformamos ou ampliamos mais de uma sala de aula por dia útil. Neste ano, o ritmo de obras permanece o mesmo.

Em 1997, aliás, nossa palavra

chave será, mais do que nunca, qualidade. E para valorizar o trabalho do professor, acabamos com distorções e privilégios na distribuição da carga horária

em março próximo, mínimo necessário para cobrir licenças constitucionais (Prêmio, Gestante, etc). Isso representa uma redução de gastos da ordem de R\$

arquivo



dos docentes em sala de aula. No final de 1994, como uma herança negativa do governo anterior, a Fundação Educacional pagava 680 mil horas/aula, das quais somente 56% estavam sendo efetivamente dadas.

Com o que chamamos de modulação docente, estamos corrigindo isso e vamos ainda reduzir as contratações temporárias - que chegavam a 8.720 em dezembro do ano passado - para 600

2,2 milhões. Já incluído aí a contratação de 2.158 novos professores que acontece neste mês de fevereiro.

O governo contudo não se preocupou apenas em tapar buracos de seus antecessores. Por isso, não é somente das obras ou das reformas administrativas que os brasileiros devem se orgulhar. A aceitação nacional e apoio do Unicef ao projeto Bolsa-Escola mostram que criatividade e eficiência são

características indissociáveis do atual governo.

Em pouco menos de dois anos cumprimos nossa promessa de campanha de fazer chegar ao benefício a 20 mil famílias carentes. Atualmente a Bolsa-Escola atende 38.854 bolsistas, em Brazlândia, Paranóia, Varjão, Recanto das Emas, São Sebastião, Ceilândia, Samabaia e Sobradinho, e é copiado no Brasil de ponta a ponta.

Enfim, o ponto mais alto de nossa reforma do ensino público inicia agora, dia 24 de fevereiro, com a volta às aulas. Neste momento, aproximadamente 180 escolas estarão começando a colocar em prática nosso projeto político-pedagógico: a Escola Candanga.

Baseada em experiências internacionais e nacionais de resultados excelentes (Belo Horizonte e Porto Alegre, por exemplo), nossa proposta de Educação prevê a criação de uma escola transformadora, comprometida com a construção da cidadania e, principalmente, com o sucesso escolar - ao invés do fracasso como antes. Entre outras coisas, estamos apresentando para a sociedade brasileira uma maneira inovadora de combater a repetência, fantasma que assombra todo o País.

Jacy Braga Rodrigues É Diretor Executivo da Fundação Educacional do DF